

# Responsabilidade Tributária de Grupos Econômicos

2020

Nórton Luís Benites

## RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS

© Almedina, 2020

AUTOR: Nórton Luís Benites

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-65-5627-005-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Benites, Nórton Luís  
Responsabilidade tributária de grupos  
econômicos / Nórton Luís Benites. -- São Paulo :  
Almedina Brasil, 2020.

Bibliografia  
ISBN 978-65-5627-005-0

1171860

1. Direito tributário 2. Direito tributário -  
Brasil 3. Responsabilidade tributária  
4. Responsabilidade tributária - Brasil  
I. Título. .

20-34974

CDU-34:336.2.024(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Responsabilidade tributária: Direito tributário 34:336.2.024(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Maio, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. CONCEITOS JURÍDICOS RELEVANTES DE DIREITO EMPRESARIAL E DE DIREITO TRIBUTÁRIO	27
2.1. Pessoas jurídicas e a relevância da responsabilidade limitada	27
2.2. Sociedades	29
2.2.1. Sociedades em geral	29
2.2.2. Sociedades empresárias	30
2.2.3. Sociedades empresárias e seus possíveis estados	36
2.3. Grupos econômicos	38
2.4. Desconsideração da personalidade jurídica	46
2.4.1. Origem anglo-saxã	47
2.4.2. Desconsideração da personalidade jurídica no Direito Brasileiro	49
2.4.3. Desconsideração da personalidade jurídica no CTN	52
2.5. Sujeição passiva tributária da empresa: contribuinte, responsabilidade tributária e solidariedade tributária	56
2.6. Lançamento tributário	61
2.6.1. Lançamento tributário: ponderações iniciais	61
2.6.2. Lançamento tributário: breve definição	62
2.6.3. Modalidades de lançamento tributário	64
2.6.4. Revisão do lançamento tributário por dolo, fraude ou simulação	67
2.6.5. Ponderações sobre dolo, fraude e simulação	68
2.7. Planejamento tributário	74
2.7.1. Planejamento tributário: ponderações iniciais	74
2.7.2. Livre Iniciativa e Direito Privado	75
2.7.3. Princípio da Legalidade e um primeiro contato com o propósito comercial	77

2.7.4. Evasão, elisão e elusão	80
2.7.5. Planejamento tributário: conclusões	84
3. PANORAMA ATUAL DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS NO BRASIL	87
3.1 Responsabilidade tributária de grupos econômicos: STJ	87
3.1.1. Ponderações iniciais	87
3.1.2. Metodologia da pesquisa jurisprudencial realizada	88
3.1.3. Exame dos julgados do STJ	91
3.1.4. Entendimentos fixados pelo STJ	105
3.2. A posição da Doutrina Tributária sobre o tema	111
3.3. Ponderações sobre esse panorama	114
4. ABORDAGEM PRAGMÁTICA DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS	119
4.1. Propósito negocial	119
4.1.1. Propósito negocial: ponderações iniciais	119
4.1.2. Sobre a <i>Common Law</i> Estadunidense	120
4.1.3. <i>The Business Purpose Doctrine</i>	121
4.1.4. <i>The Business Purpose Doctrine</i> no Brasil?	124
4.1.5. Revisão do lançamento tributário por dolo, fraude ou simulação e a Norma Geral Antielisiva	125
4.2. OCDE e o projeto “Erosão de base tributária e desvio de lucros”	130
4.3. Por que buscar uma abordagem pragmática?	131
4.4. Proposta de uma abordagem pragmática da responsabilidade tributária de grupos econômicos	134
4.5. A questão da responsabilidade tributária de grupos econômicos pela exação de contribuições previdenciárias estabelecida no art. 30, IX, da Lei 8.212/91	140
4.6. Protocolo de avaliação da responsabilidade tributária de grupos econômicos	148
4.6.1. Protocolo: ponderações iniciais	148
4.6.2. Proposta de um protocolo de avaliação da responsabilidade tributária de grupos econômicos	153
4.7. IDPJ na execução fiscal com relação a grupos econômicos	157
4.7.1. IDPJ: Por que falar disso?	157
4.7.2. Inserção de terceiros no polo passivo da execução fiscal no regime processual anterior ao CPC/15	157
4.7.3. IDPJ do CPC/15	159
4.7.4. O IDPJ seria aplicável à ação da LEF?	161

4.7.5. IDPJ na hipótese de grupo econômico	168
4.7.6. Outros posicionamentos relevantes sobre o IDPJ	170
CONCLUSÕES	179
REFERÊNCIAS	193
LISTA DE FIGURAS	
Figura 1 – Fluxograma da responsabilização tributária de grupos econômicos	156
LISTA DE QUADROS	
Quadro 1 – Ponto de vista da autoridade fiscal	151
Quadro 2 – Ponto de vista do procurador da fazenda pública	151
Quadro 3 – Ponto de vista do advogado tributarista	152
Quadro 4 – Ponto de vista do magistrado com competência tributária	152